

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	LUSA			
Nº PAG.		DATA	1 setembro 2016	

Governo timorense aprovou código mineiro para potenciar exploração recursos do país

ECONOMIA | LUSA | 09:58



O novo código mineiro, aprovado em agosto pelo Governo timorense e que segue agora para o parlamento, tem como objetivo regular as atividades mineiras potenciando a eventual exploração de minerais metálicos e não metálicos em Timor-Leste.



Segundo informou o executivo, o diploma regula todas as atividades mineiras, nomeadamente "o reconhecimento, a pesquisa, a avaliação, o desenvolvimento, a exploração, o processamento, a refinação e a comercialização de minerais" no país.

"A preparação do projeto de Código Mineiro foi objeto de um esforço intenso, com o Governo a querer entregar ao Parlamento Nacional um Código de excelência, apropriado para o contexto de Timor-Leste", explicou Agio Pereira, ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros.

"Preparámos um Código sensível à cultura e ao ambiente, simultaneamente capaz de desbloquear o potencial do setor mineiro do nosso país, para apoiar o nosso crescimento económico e melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos", refere ainda.

É um texto que se reveste de "importância extrema" para o país, tendo em conta o impacto que este setor poderá ter no "desenvolvimento, crescimento económico e prosperidade do País", sublinha o executivo.

Estudos preliminares mostraram que Timor-Leste tem condições para prospeção de minerais metálicos - como o manganês, ouro, prata e cobre - e não metálicos - calcário, mármore, gipsita, areia e cascalho.

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	LUSA			
Nº PAG.		DATA	1 setembro 2016	

"A Divisão de Recursos Minerais do Instituto de Petróleo e Geologia de Timor-Leste continua a investigar o potencial do país em outros minerais, como metais preciosos e de base, de interesse para a construção civil, gemas, minérios radioativos e raros, bem como carvão", explica o Governo.

O diploma - aprovado a 09 de agosto e que vai ser agora analisado no Parlamento Nacional, que regressa das férias a 15 de setembro - foi preparado depois de um extenso calendário de consultas públicas em todo o país.

Especialistas estrangeiros, incluindo do Banco Mundial, técnicos e empresários do setor mineiro e professores universitários foram ainda ouvidos na preparação do texto.

O Governo explica que para as deliberações foram considerados ainda pareceres do Ministério do Interior, do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e do secretário de Estado do Conselho de Ministros, tendo o processo sido liderado pelo Ministério do Petróleo e Recursos Minerais.

O texto abrange questões como saúde e segurança, proteção ambiental, regime de trabalho, infrações e sanções aplicáveis, transparência e boas práticas, entre outros.

Em fevereiro o executivo já tinha aprovado a criação da Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), cujas tarefas incluem garantir o cumprimento do Código Mineiro agora aprovado.

Numa análise ao diploma o escritório de advogados Miranda & Associados, destaca o facto de a legislação considerar que todos os recursos minerais, estejam em terrenos públicos ou privados, são propriedade do Estado, podendo o Estado recorrer a expropriações de propriedades privadas caso o considere necessários.

O código permite que sejam concedidas autorizações de estudos técnicos, determinando que é necessária uma licença de prospeção e exploração antes de um contrato para minar.

Há 'royalties' e taxas que se aplicam de entre 2% e 20% ou de entre 50 cêntimos e 10 dólares, dependendo do recurso mineral em causa, com a taxa de superfície a começar em 25 dólares por quilómetro quadrado.

ASP//ISG

Lusa/Fim